



ATA Nº 5/2015

- Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu, em sessão ordinária, no edifício da sede desta Freguesia, sito à Rua do Jardim, nº 744, a Assembleia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, Tiago Filipe da Costa Braga, secretariado por André Filipe Nogueira Rodrigues e Carla Rafaela Pereira Gonçalves.

- Feita a chamada, registou-se a **presença dos membros:** (PS) – Tiago Filipe da Costa Braga, André Filipe Nogueira Rodrigues, Carla Rafaela Pereira Gonçalves, Maria Celeste Correia Marques, José Manuel Silva Ferreira, Maria Rosalina Freitas Fernandes Oliveira, António Manuel Silva Oliveira, José Luís Aires, Luciana da Costa Reis. (GAIA NA FRENTE) – Fernando Lopes Vieira, Ricardo Jorge Rodrigues Matias, Elísio Ferreira Pinto, José António Matos da Silva, Ana Sofia Correia Vieira, António José da Silva Pereira, António José Fernandes Moraes Alves, Lígia Carla Louro Correia. (CDU) – Elsa Dias da Silva, António Manuel Pereira Pinho. (BE) – Lurdes Maria da Silva Gomes. (MICM) – Vítor Manuel Andrade da Silva Marques.

- **Do Executivo estiveram presentes:** Presidente, João Paulo Moreira Correia, Substituto Legal, Hélder Gonçalves, Secretário, Agostinho Lisboa, Tesoureiro, Miguel Rodrigues e o Vogais José Carlos Soares e Sara Magalhães e Maria João Correia.

- Foram pedidas as substituições, pelos respetivos líderes parlamentares, de Ana Raquel Venceslau (PS) por José Luís Aires (PS), (VIDE doc. 4), de Maria Alexandra Lopes Fernandes (Gaia na Frente) por Ricardo Jorge Rodrigues Matias (Gaia na Frente) (VIDE doc. 1).

Antes do início o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a exibição do Grupo Folclórico de Mafamude que agraciou a Assembleia de Freguesia com cantares das Janeiras.

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- A Sra. Orquídea Louro comunicou que os documentos distribuídos pela Junta de Freguesia sobre a ação desta aquando do incêndio da casa da sua filha, que já expôs na Assembleia anterior, não refletem a verdade dos factos e considera falsas as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Junta e não demonstram o que no seu entendimento deveria ser a atitude da junta: levar os serviços às pessoas e não reencaminhar as pessoas para os serviços.

- O Sr. André Pereira refletiu sobre o facto da agregação de freguesia começar a ser um facto consumado e da reversão desta realidade a curto ou médio prazo. Apresentou um documento que pretende explicar a razão do aparecimento de areia no jardim de Vilar do Paraíso (VIDE Docs. 5/6).

Presidente da Junta: Respondendo à Sra. Orquídea Louro começou por referir que a Sra. desde a primeira Assembleia de Freguesia deixou claro a sua animosidade e sua simpatia política pelo que esta Junta ficou assim a saber com o que podia contar da sua parte. Referiu que os serviços prestados pelo Centro Comunitário é um serviço da Junta em parceria com a Cruz Vermelha. Face aos apartes efetuados pela Sra. Orquídea Louro, que considerou grosseiros e indelicados, o Sr. Presidente da Junta interrompeu a sua intervenção, recusando a prestar mais declarações sobre o assunto.

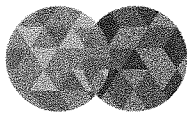
2 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS

Foram postas à votação as atas da Assembleia de Freguesia tendo as atas nºs 2 e 4, de 2015, sido aprovadas unanimidade dos membros presentes nas respetivas reuniões.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Membro Victor Marques (MICM):** Fez uma intervenção política sobre a duplicidade de funções do Sr. João Paulo Correia, enquanto Presidente da Junta e Deputado da Assembleia da República (vide doc. 7).





- **Membro Lurdes Gomes (BE):** Apresentou um requerimento solicitando que o executivo proceda futuramente à elaboração das convocatórias de acordo com o prescrito na lei (VIDE Doc. 8). Apresentou uma moção “Caso Banif – Não podem ser sempre os contribuintes a pagar a intervenção estatal na banca privada” (VIDE Doc. 9). Apresentou 3 propostas de recomendação: “Avenida Descobrimentos – entrada para ribeira” (VIDE Doc. 10); “Rua de Casais – Vilar do Paraíso” (VIDE Doc. 11); “Reparação do muro da Rua da Rasa” (VIDE Doc. 12). Apresentou um pedido de informações sobre a ação da Junta na sequência do incêndio numa habitação em Mafamude, no dia 20 de Agosto passado e a publicação “online” dos protocolos (VIDE Doc. 13). Apresentou ainda informações e sugestões sobre diversos assuntos (VIDE Doc. 14).
- **Membro Elsa Silva (CDU):** Apresentou uma moção de “Solidariedade com os trabalhadores da Sociedade de Construções Soares da Costa (vide doc. 15).
- **Membro António Pereira (GF):** Apresentou uma proposta de recomendação sobre a extensão da linha amarela até à Vila D’Este (VIDE doc. 16).
- **Membro José António Matos (GF):** Chamou à atenção para a preservação o lavadouro da Rua da Fontinha e para o acesso pedonal que liga Vilar do Paraíso a Valadares. Apresentou uma proposta de recomendação sobre a isenção o pagamento de taxas às IPSS da freguesia pela emissão de documentos requeridos à autarquia (VIDE Doc. 17).
- **Membro Lígia Louro (GF):** Refletiu sobre o incêndio já referido pelo membro do público, que é sua mãe, do apartamento que é da sua irmã. Entende que a Junta fez “poucochinho”, porque devia ter, nomeadamente, encaminhado para a Câmara que possui habitações para este efeito.
- **Membro Fernando Vieira (GF):** Abordou também a questão do incêndio do apartamento tendo referido que a técnica Dra. Cristiana Silva entendia que deveria ser a Cruz Vermelha a prestar o auxílio e não Centro Comunitário, por impossibilidade de dar resposta. Declarou ainda estranhar que só dia 15 de Setembro a técnica Dra. Dalila Afonso tenha recebido do Vogal da Junta, Sr. José Carlos, indicações para acompanhar a família vítima do incêndio. Leu uma comunicação sobre o corte da árvore no Largo Estevão Torres, contestando a decisão da Junta e considerando este facto um “crime ambiental”, o que na sua opinião é corroborado pelos pareceres duma “instituição do concelho”.
- **Membro Luciana Reis (PS):** Apresentou congratulações pela reposição da lei nº 16/2007, de 17 de abril (vide doc. 18).
- **Membro José Ferreira (PS):** Apresentou felicitações ao Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS pela constituição dum governo que respeita a democracia (vide doc. 19).
- **Membro Elsa Silva (CDU):** Reconhecendo que o combate ao desemprego extravasa a ação das Juntas de Freguesia, manifesta a discordância com o despedimento dos funcionários destas.
- **O Presidente da Junta, responde:**
 - Ao Sr. Fernando Vieira (GF), expressando ser “intelectualmente miserável” e “desonesto” ter lido apenas um parágrafo duma resposta sem ler toda a resposta. O parágrafo seguinte, do técnico municipal, refere a necessidade do abate de todos os plátanos, dado se encontrarem envelhecidos e constituírem um perigo público. A leitura feita pelo Sr. Fernando Vieira é desmontada pela leitura do parágrafo seguinte, o que demonstra que o Sr. Fernando Vieira foi “intelectualmente desonesto” e se agarrou à questão do plátano porque não tem mais nada a dizer sobre o trabalho da Junta de Freguesia. Sobre o assunto do incêndio informa que as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Gaia e os seus Presidentes não têm conhecimento direto e imediato dos incidentes que ocorrem no seu território. Há ano e meio um incêndio em Vilar do Paraíso foi do nosso conhecimento pela comunicação social e pela família, que entrou em contacto com a Junta a solicitar apoio. O caso concreto a Sra. Orquídea Louro ligou para a Junta e, provavelmente, pelo seu estado emocional, a conversa foi ineficaz, tendo a funcionária da Junta comunicado ao Vogal da Junta, Sr. José Soares, que estava nas instalações, o ocorrido. De imediato o Sr. José Carlos entrou em contacto com a Sra. Orquídea





Louro, sugerindo que esta entrasse em contacto com o Centro Comunitário, pelo que a Junta agiu de imediato. No dia seguinte o relatório do Centro Comunitário atesta ter prestado os primeiros socorros do foro psicológico. Com o regresso de férias da Dra. Dalila Afonso, técnica social da Junta, procedeu a uma avaliação do caso no intuito de verificar eventuais necessidades.

- Ao José Matos (GF): A Junta vai inteirar-se da questão do lavadouro da rua da fontinha e relativamente às isenções de taxas elas já estão previstas no regulamento da freguesia, bastando às instituições requerer a sua isenção.

- Ao Sr. António Pereira (GF): Somos defensores da extensão do metro à Vila D'Este. Estranha-se é que esta proposta só agora seja apresentada, quando há um novo governo do PS, e não quando o governo era do seu partido. Esta proposta é também insuficiente relativamente a esta matéria, porque paralelo ao metro é necessário resolver o problema do estacionamento junto às suas estações, o que coloca num caos os acessos a Santo Ovídio e à estação de D. João II.

- À Sra. Elsa Silva (CDU): A questão da Soares da Costa é um assunto que nos ultrapassa mas que nos preocupa e por isso nos associamos às suas preocupações.

- À Sra. Lurdes Gomes (BE): Relativamente ao Banif é um assunto nacional que é preocupante mas para o qual a Junta não tem competência. Quanto ao muro derrubado do Vilanovense, na Rua da Rasa, a competência da sua reconstrução é dos proprietários do terreno, mas que face à litigância existente sobre o terreno tem tornado difícil a resolução do assunto, mesmo pelos meios municipais, embora a Junta não deixe esquecer o assunto. Quanto à Rua dos Casais, a convivência entre empresas e habitações em zonas não especializadas criam os problemas referidos. Temos alertado a Câmara para essa questão mas a intervenção possível é avultada para a atual situação financeira da Câmara. Vamos proceder rapidamente à publicação dos protocolos no site.

- Ao Sr. Vítor Marques (MICM): Apenas tem a informar que quando se candidatou à Junta já era deputado e vice-presidente da bancada. Se foi eleito foi porque essa questão não é importante. O trabalho realizado pela Junta é que deve ser avaliado.

- **Membro António Pereira (GF):** Recusando a argumentação do Sr. Presidente da Junta informa que já em Abril de 2014 tinha apresentado uma proposta semelhante nesta Assembleia, da qual entregue um exemplar. Quanto aos plátanos do Largo Estevão Torres e das escolas a Junta anterior, a que pertenceu, defendeu junto do Parque Biológico o seu abate, dado que o tempo de vida e as condições das mesmas, confrontando-se com a recusa deste organismo. Face à informação de hoje do Sr. Presidente a Junta incorre numa irresponsabilidade manter os plátanos em pé, que são um perigo público.

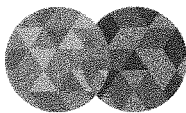
- **Membro Fernando Vieira (GF):** Acusa o Presidente da Junta de ter tido uma atitude indigna de um Presidente de Junta perante um membro do público e classificar um membro desta Assembleia de "menos intelectual". Já sabia que o Sr. Presidente da Junta tinha o documento do técnico da Câmara, até pela próxima política. Apenas referiu aquele parágrafo para demonstrar que o Sr. Presidente da Junta mentiu quando disse que não foi a Junta que abateu o plátano. O relatório exibido foi feito por encomenda para justificar o derrube da árvore e não para eliminar o perigo público e a necessidade de abate dos plátanos.

- **Membro José Matos (GF):** Pretendeu esclarecer que o que se pretende com a isenção das taxas é atribuir automaticamente a isenção às instituições da freguesia.

- **Presidente da Junta,** respondeu:

- Ao Sr. António Pereira (GF): O que foi proposto toda a gente está de acordo mas o que devia ter também proposto era a correção dos erros cometidos aquando da construção das estações do metro já referidas, nomeadamente, a ausência de parques de estacionamento para quem usa o metro, num esquecimento que durou todo o mandato da anterior câmara e no anterior governo.



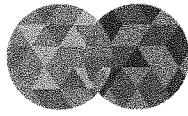


- Ao Sr. Fernando Vieira (GF): Fez um conjunto de insinuações sobre a “encomenda” do estudo a afinidade política do técnico camarário, mas esqueceu estranhamente que este técnico foi candidato e Presidente da Junta de Freguesia de Avintes pelo seu partido, o PSD, pelo que está clara a afinidade política. Aliás, o Sr. Fernando Vieira não veio aqui defender o abate das árvores, como sustenta o parecer, o que seria compreensível ao invés do caso que pretendeu construir.
- Ao Sr. José Matos (GF): A aprovação automática da isenção em função do requerente pode criar injustiças quando ao fim para as quais é requerida a isenção, pelo se entende ser mais justo isentar caso a caso e pedido a pedido, sendo certo que a tradição neste domínio tem sido a isenção.
- **Presidente da assembleia:** Pôs à votação os documentos apresentados.
- A moção do BE “Caso Banif” (vide doc. 9) foi aprovada por maioria com 9 abstenções do PS.
- A proposta de recomendação do BE “Av. Descobrimentos/Entrada para a ribeira”(vide doc 10) foi aprovada por unanimidade.
- A proposta de recomendação do BE “Rua de Casais/Vilar do Paraíso” (Vide doc. 11) foi aprovada por maioria com 9 abstenções do PS.
- A proposta de recomendação do BE “Reparação do Muro da Rasa” (Vide doc. 12) foi aprovada por unanimidade.
- A moção da CDU “Solidariedade com os trabalhadores de Sociedade de Construções Soares da Costa” (vide doc. 15) foi aprovada por unanimidade.
- A proposta de recomendação da GF “Extensão da linha amarela do metro” (Vide doc. 16) foi aprovada por maioria com 2 abstenções da CDU e 1 abstenção do BE.
- A proposta de recomendação da GF “Isenção do pagamento de taxas a IPSS e a Associações sem fins lucrativos” (Vide doc. 17) foi reprovada com 8 votos a favor da GF e 1 voto a favor do MICM, 1 abstenção do BE e 9 votos contra do PS e 2 votos contra da CDU.
- O membro Sr. Vítor Marques (MICM) votou a favor da proposta de recomendação pela reparação do muro da rua da Rasa por aquele muro derrubado ocupar o passeio público e assim ficar sujeita ao domínio público.
- O membro Sra. Elsa Silva (CDU) informou que a CDU votou contra a proposta de isenção de taxas por este ser um assunto já regulado pelo regulamento.

4. Período da Ordem do Dia

4.1 Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para 2016.

- **O membro Sr. Fernando Vieira (GF):** Propôs a suspensão deste ponto da ordem de trabalhos dado que recebeu muito tarde os documentos.
 - **Presidente da Junta:** Informou que o que está previsto são de dois dias de antecedência e a Junta enviou no dia 23 passado por correio eletrónico e por correio registado nesse mesmo dia pelo não entende este pedido de adiamento.
 - **O membro Sra. Elsa Silva (CDU):** Informou que, apesar do envio atempado dos documentos, se deveria adiar a discussão deste ponto por falta de tempo.
 - **Presidente da Assembleia:** Comunicou que faremos a discussão deste ponto até ao esgotamento do tempo desta reunião (1 da manhã) passando os outros pontos para próxima reunião.
 - **Presidente da Junta:** Dispensou a apresentação por economia de tempo, dando os esclarecimentos na resposta às intervenções.
- Aberta a discussão intervieram:
- **O membro Sra. Elsa Silva (CDU):** Pediu os seguintes esclarecimentos e fez as seguintes recomendações: Na introdução deveria incluir-se o valor do passivo a liquidar; o que está previsto para o acesso ao metro de Sto. Ovídeo pelo Cedro; Qual o montante adstrito às festas populares e qual a origem dessa receita; porque não está incluída a romaria de S. Gonçalo; a



retificação do erro dos 42 anos do 25 de Abril e não 41; páginas do facebook e site não estão a ser atualizadas (a CDU continua a aparecer no executivo, as atas da Assembleia não estão todas publicadas, faltam algumas informações do presidente; convocatórias); ainda no site da Junta, em Turismo/Lazer/Compras, aparece uma referência ao El Corte Inglés, tendo sido questionado se “Está esta Junta a receber algum patrocínio desta grande superfície para fazer publicidade no seu site? Se não for este o caso, então porque faz publicidade a esta grande superfície em detrimento do comércio tradicional?”; que arruamentos vão receber infraestruturas de saneamento; em que vai consistir a requalificação da feira de Vilar; o que explica a redução de 43,5% das verbas para o apoio social; a diferença entre pessoal em regime de tarefa ou avença e pessoal em qualquer outra situação; o aumento de consumos de bens e serviços na ordem dos 62%. A CDU revê-se em algumas das propostas apresentadas mas reserva o seu sentido de voto para as respostas às questões colocadas.

- **Membro Sr. Vítor Marques (MICM):** Refere quanto ao plano de atividades que o nó de Santo Ovídio junto da A1 é um assunto da Câmara e não da Junta. Quanto ao Conselho da Juventude o seu movimento não foi convidado a indicar jovens para participar no mesmo. Refere que a informação no site da Junta está atrasada, faltas atas, fotos dos membros da Assembleia. Passou a ler o documento anexo (Vide doc. 20).

- **Membro Sra. Lurdes Gomes (BE):** Apresentou a análise através do documento anexo (VIDE doc. 21)

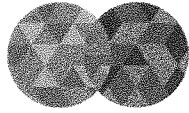
- **Membro Sr. Elísio Pinto (GF):** Requer algumas explicações do plano de atividades, nomeadamente: abandono do lar residencial, a creche. Congratulação da obra da nova rotunda de Sto. Ovídio. E do Orçamento: 01 - Pessoal; 0101 - aquisição de bens; 0202 - Aquisição de serviços; 06 – Outras despesas correntes; Impostos diretos (IMI); 04 – Taxas, multas; 06 – Transferências correntes; 07 – Vendas de bens e serviços. Chama ainda a atenção para a falta de um projeto financiado pelos fundos comunitários.

- **Membro Sr. José Ferreira (PS):** Apresentou a análise deste ponto (Vide Doc. 22).

- **Presidente da Junta:** Antes de iniciar os esclarecimentos sobre as questões colocadas informa que a Junta de Freguesia implementou já as 35 horas semanais e as localidades de Laborim de Cima e de Baixo e do Alto das Torres possuem já a limpeza urbana efetuada pela Suma, após diligências persistentes da Junta junto do município e apesar de todas as dificuldades financeiras.

Relativamente às atividades culturais e recreativas elas incluem o apoio às atividades culturais próprias e das coletividades que a junta apoia economicamente. As festas populares estão aqui incluídas deduzidas das receitas próprias (15 mil euros). Assim o orçamento para atividades culturais e recreativas continuam a ser mais baixas do que as atividades de apoio e ação social. A grande fatia do orçamento vai para a ação social, educação e juventude. O S. Gonçalo é apoiado pela Junta através dum pequeno donativo. Relativamente à comunicação e imagem a Junta, dada a sua grandiosidade populacional e territorial sempre que pretende comunicar com os fregueses tem gastos significativos. Com as eleições passadas e com as futuras a Junta distribuiu e distribuirá um panfleto informando a população dos seus locais de voto, dadas as alterações verificadas nos cadernos eleitorais após a agregação. Também a revista Centralidades tem custo. Assim como o facebook e o site que está desatualizado. O saneamento das ruas de Cadavão está na agenda das Águas de Gaia, que se verificará logo que a empresa saia da situação deficitária em que se encontra. A feira de Vilar vai ser requalificada em parceria com a Câmara Municipal mas o valor orçamentado apenas abre a rubrica porque ainda não está definido o tipo de intervenção e gestão. Igualmente propomo-nos reabilitar o Largo Estevão Torres para a criação duma feira hortícola, uma feira mensal de velharia e de artesanato. O reforço da aquisição de bens e serviços e pessoal tem a ver com um reescalamento das dívidas herdadas do passado que passa pelo estabelecimento de um período de carência de 1 ano. Este período de carência permitirá que a junta disponibilize esse dinheiro para fazer mais, o que implicará o aumento de aquisição de bens e serviços. Como a





lei deverá permitir a contratação pessoal a despesa com esta rubrica tem a ver com a contratação de pessoal em regime de prestação de serviços.

O nó de Laborim é uma obra da concessionária da autoestrada, que não estava inicialmente prevista mas foi negociada com a Câmara Municipal e satisfaz uma promessa da nossa candidatura de criação duma saída da autoestrada para Laborim de Baixo. A requalificação da zona envolvente ao cemitério é também uma obra que será protocolada com a Câmara Municipal pelo que só nessa altura se saberá quais as obrigações e contrapartidas necessárias e possíveis. A loja do cidadão será instalada requalificado no Espaço Jovem, no centro de Vilar do Paraíso. O Centro de Convívio mudou a sua função e hoje é procurado para o exercício de mais atividades, típicas dum Centro Sénior. A grande fatia da Ação Social é em recursos humanos. Todas as iniciativas desenvolvidas nesta área têm custos com recursos humanos que são contabilizados em despesas de recursos humanos. Quanto às remunerações dos membros do executivo, solicitadas pelo Sr. Vítor Marques, elas estão definidas por lei e são contabilizadas como está contemplado no plano de contabilidade. Não é a Junta que determina nem as remunerações e ajudas de custo nem a sua contabilização. As despesas de representação orçamentadas são as que estão definidas por lei para o membro do executivo que está a tempo inteiro. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Elísio Pinto (GF) informou que a receita do IMI ronda os 90 mil euros. As receitas de concessão de terrenos referem-se à concessão de jazigos nos cemitérios. As receitas da venda de terrenos da Junta (antiga instalações da Junta de Freguesia em Mafamude e um terreno em Cadavão) estão na previsão dessa receita. O aumento do consumo de combustíveis e peças advém do facto de que fazer mais custa mais.

- **Membro Lurdes Gomes (BE):** Inquiriu se há algum valor previsto de intervenções para a ação das Mãos Solidárias. Quanto a Ação Social como se explica que a Junta tenha orçamentado 6000€ e 1400€ para material de escritório e só 1000€ para a emergência social. O executivo faz quatro pedidos de autorização a esta Assembleia de Freguesia em 2016 quando em 2014 fez 2 e em 2015 fez 3 pedidos de autorização. Qualquer dia a Assembleia corre o risco de vir aqui assinar o ponto.

- **Membro Sr. Elísio Pinto (GF):** A rubrica sobre a promoção da freguesia já não será necessária na medida em que a CDU, que sustenta o governo, proporá a reversão da agregação das freguesias. Gostaria que se pronunciasse sobre o Lar de Idosos, porque se a Junta não estiver interessada manifesta desde já a sua disponibilidade no âmbito da sua IPSS. Quanto ao quadro de pessoal o pessoal a termo também deveria vir junto. O que orçamento demonstra é que as receitas correntes são insuficientes para as despesas correntes que a Junta de Freguesia tem.

- **Membro Sra. Elsa Silva (CDU):** Pergunta o que está previsto fazer na feira de Vilar do Paraíso, se estará concluído em 2016 e qual a diferença entre pessoal em regime de avença e em qualquer outra situação.

- **Presidente da Junta:** A diferença entre o pessoal é que o pessoal em regime de avença tem contrato de prestação de serviços e o em outra situação é o pessoal dos contratos de emprego inserção. Na feira de Vilar será reconstruído o pavimento e respetivas redes de infraestruturas, construído o muro de separação a nascente. Como a obra é municipal ainda é cedo para entrar em pormenores que serão divulgados aquando da assinatura pública do protocolo respetivo. O valor de 1000€ para a emergência social é para abrir a rubrica que será dotada logo que a Câmara Municipal implemente o Programa Municipal de Emergência Social. Quanto às autorizações prévias pretendem agilizar os contratos e protocolos a assinar com a Câmara Municipal não ficando condicionado temporalmente à realização da Assembleia de Freguesia, como os que foram celebrados no corrente ano e que permitiram a pavimentação de 6 ruas da nossa freguesia, o que não mereceu nenhuma questão desta Assembleia. Tal como permitem também agilizar os protocolos com as instituições da freguesia, a contratação de pessoas através dos contratos emprego inserção. Quanto ao lar residencial para os idosos a Comissão Social de Freguesia emitiu um parecer favorável a um projeto apresentado pela Liga dos



Amigos do Centro de Saúde de Soares dos Reis. Não sendo um projeto coincidente com o nosso e porque a Junta não tem capacidade financeira para enfrentar esse projeto decidimos, a bem do rigor orçamental, excluir deste plano de atividades.

- **Membro Vítor Marques (MICM):** O executivo tem em mente alguma ocupação para o espaço de estacionamento em frente à Escola António Sérgio.

- **Presidente da Junta:** Tanto quanto se sabe esse espaço está concessionado à ParqueGil. Aproveitou para informar que a Junta já conseguiu criar 4 lugares de carga e descarga em Santo Ovídio.

- **Presidente da Assembleia:** Não havendo pedidos de intervenções foi posta à votação tendo sido reprovado por maioria com 9 votos a favor do PS, 10 voto contra da coligação GF, BE e MICM e 2 abstenções da CDU.

- **Membro Sr. Lurdes Gomes (BE):** Apresentou uma declaração de voto (Vide Doc. 23).

Nada mais havendo tratar o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas uma horas e vinte e cinco minutos, do dia trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, André Filipe Nogueira Rodrigues, primeiro secretário da presente reunião, a elaborei e subscrevo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Tiago Filipe da Costa Braga)

ANEXOS



7

A.F.

COLIGAÇÃO GAIA NA FRENTE

PPD / PSD e CDS / PP

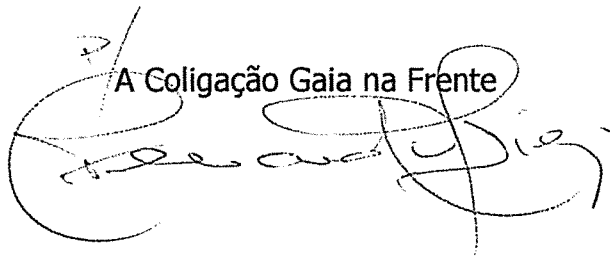
30/12/2016

Exm.º Senhor,
Presidente da Mesa da Assembleia da
Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso

Assunto: Substituição de Membro da Assembleia

Os nossos respeitosos cumprimentos.

Para cumprimento das normais regimentais e legais em vigor, vimos solicitar a substituição do membro desta Assembleia, D. Maria Alexandra Lopes Fernandes, ausente na sessão de 30 de Dezembro, pelo Senhor **Ricardo Jorge Rodrigues Matias**.

A Coligação Gaia na Frente


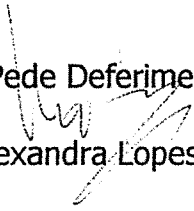
→

Exm.º Senhor,
Presidente da Mesa da Assembleia da
Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso

Assunto: Justificação de falta

Os meus respeitosos cumprimentos.

Na conjugação das normais regimentais em vigor e a alínea f) do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, informo da minha impossibilidade de estar presente na próxima sessão da Assembleia de Freguesia, pelo que solicito que a falta me seja justificada.

Pede Deferimento,

(Maria Alexandra Lopes Fernandes)

f

[Print](#)

[Close](#)

Pedido de Substituição

From: **Ana Venceslau** (ar.venceslau@gmail.com)
Sent: Sun 12/27/15 12:36 PM
To: tiago.braga@zonmail.pt; ferreiracgd@gmail.com

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia
Mafamude e Vilar do Paraíso

Por motivo de me encontrar ainda em licença de maternidade estou impedida de comparecer à próxima Assembleia de Freguesia que se vai realizar no dia 30 de Dezembro de 2015 pelo que solicito a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos



Ana Venceslau
Eleitor 39701



Pedido de Substituição

Solicitar-se a substituição de
Aca Raquel Vasconcelos por Jordana
Dias

Substituído por Jordana Dias

V. Porcillo
V. N. Gato 30/12/15

André Ferreira Tavares Pinto Ferreira
R. do Jardim, 1496
VILAR DO PARAÍSO
4405-825 VILA FLORES DE GAIA

Doc 5

Ex.º. SENHOR
PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DAS
FREGUESIAS DE
VILAR DO PARAÍSO E DE
TAFANUS

Ex.º. SENHOR:

VENHO, ATRAVÉS DESTA, FAZER CHEGAR AO PODER DESTA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, E DESTA JUNTA DE FREGUESIA,
A EXPOSIÇÃO, QUE ALEXO, SOBRE O JARDIM DE VILAR DO
PARAÍSO.

DE V. EXA.
ATENTAMENTE



VILAR DO PARAÍSO, 30 DE DEZEMBRO DE 2015

EXPOSIÇÃO

CHEGOU AO SEU CONHECIMENTO QUE, A QUANDO DAS ÚLTIMAS OBRAS REALIZADAS NO JARDIM DE VILAR DO PARAÍSO, TERÁ SIDO ENCONTRADA ADELA A UMA DETERMINADA PROFUNDIDADE.

ORA, TAL FACTO LEVANTOU A QUESTÃO DA POSSIBILIDADE DE, A UMA QUALQUER ÉPOCA, AS ÁGUAS DO PAR TEREM CHEGADO A ESTE LOCAL.

SE ISSO ACONTECEU, É COISA QUE ADPTO POSSA TER OCORRIDO.

NO ENTANTO, ESTA ADELA ENCONTRADA, E POR DADOS QUE SÃO DO SEU CONHECIMENTO, NÃO TEM HADIA A VÊZ COM A PRESENÇA DAS ÁGUAS DO PAR NESTE TERRITÓRIO.

ASSIM, PASSO A DESCRVER:

O ARRANJO PAISAGÍSTICO DO JARDIM DE VILAR DO PARAÍSO, A PARTIR DE DETERMINADA ALTURA, ESTEVE SOB A RESPONSABILIDADE DO DR. MANUEL ALVES DE SOUZA QUE SE TINHA FORÇADO, DE FREQUENTADO O CURSO, EM CIRURGIAO DENTISTA, O QUE LHE DAVA HABILITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DENTARIO QUE HOJE CHAMAMOS DE TRATAMENTOS DE HIGIENE ORAL.

ORA, ESTE, NO EXERCÍCIO DESTAS FUNÇÕES, POR VÊZES NÃO SE COBRAVA RELOS SERVIÇOS PRESTADOS E OUTRAS VÊZES COBRAVA-SE EM GÉNEROS.

30.12.2015

✍

ANDRÉ TORREIRA TAVARES VINTO FERREIRA
R. DO JARDIM, 1496
VILAR DO PARAÍSO
4405-825 VILA NOVA DE GAIA

O FAJOR JOAQUIM DOMINGUES PÓCAS, PROPRIETÁRIO E
LUXA TERRA DO LUGAR TOBERNA, ESPECIALIZADO DE PRODUTOS
AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E FLORESTAIS, RESIDENTE NA FREGUE-
SIA DA FADAREJA - FREGUESIA DA OLLA COSTEIRA - ERA UM
DOS MUITOS CIDADÃOS QUE, CONJUNTAMENTE COM TODA A SUA
FAMÍLIA, RECONHECIA AOS SERVIÇOS DO DR. FÁBIO ALVES DE
SÁ NOS TRATAMENTOS DE HIGIENE ORAL.

ENTÃO, O DR. FÁBIO ALVES DE SÁ, ZELADOR DO JARDIM DE
VILAR DO PARAÍSO, TERÁ DECIDIDO QUE NECESSITAVA DE AREIA
PARA PROCEDER AO AJARDINHAMENTO DO ESPAÇO E, PARA
OBTER O RESPECTIVO PRODUTO, COBRAVA, AO FAJOR JOAQUIM
DOMINGUES PÓCAS, PELAOS SEUS SERVIÇOS DE DENTISTA,
ATRAVÉS DO FORNECIMENTO, POR PARTE DO FAJOR, DA AREIA
- TRAZIDA DA AREIA DA FADAREJA - QUE NECESSITAVA PARA
OS FILHOS QUE TINHA EM VISTA.

PERANTE ESTE FACTO, A AREIA QUE TERÁ SIDO ENCONTRADA
NO JARDIM DE VILAR DO PARAÍSO FOI COLOCADA LÁ POR INFLU-
ÊNCIA DO HOFER E NÃO PELA PRESENÇA DAS ÁGUAS DO FAR,
O QUE NÃO EXCLUI A HIPÓTESE DE, NOUTROS TEMPOS, O TERRI-
TÓRIO QUE HOJE É A FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO POSSA
TER ESTADO DEBAIXO DAS ÁGUAS DO FAR.

30.12.2015

→

2/2

Invictus Mareo



Doc. 7

Assembleia de freguesia mafamude e vilar do paraíso

Local: Auditório da Assembleia de Freguesia de Mafamude

Data: 30 de Dezembro de 2015

Assunto: Intervenção Política, no período antes da ordem do dia.

Caros concidadãos: - Estamos numa altura simbólica da Paz entre os homens, uma altura de alegria cristã. Escolhemos este conjunto de circunstâncias para fazermos este discurso, porque e apesar disso não podemos pôr de parte, a nossa responsabilidade política nesta casa.

Senhor presidente: apesar da nossa posição ser sobejamente conhecida, porque já a afirmamos, anteriormente, nesta casa, gostaríamos de a reafirmar, pois fomos confrontados novamente com a eleição de v/ex^a para a Assembleia da República, a nosso contragosto, pois entendemos que a segunda maior junta de freguesia populacional do País, exige um presidente a tempo inteiro e presente, e certamente que v/ex. Concordará que, há missões assumidas, umas mais prioritárias, que outras, a merecerem a sua atenção. Até porque nossa duplicidade existe sim, em frente a um espelho, não na vida real.

Aliás em reforço, devo dizer-lhe senhor presidente, que o seu trabalho parlamentar e a preparação do mesmo, exigirá de v/ex, uma dedicação a ele muito maior, terá pois uma tarefa árdua, devido aos compromissos parlamentares, com as outras forças políticas envolvidas, não sou o 1º ministro, mas atrevo-me a repeti-lo e pedir-lhe " empenho e dedicação activos aos trabalhos parlamentares ".

Tornando-se evidente, que as instituições públicas, assim como os cidadãos, têm que passar a estar, obviamente, empenhadas no cumprimento destas 2 dimensões: Nos valores gerais de todas as democracias, nomeadamente no primado da lei, da ética, dos direitos humanos, da justiça e da tolerância.

Nos valores da ponderação, da auto-confiança e na capacidade de fazer e receber críticas.

Uma democracia é incapaz de tomar decisões correctas, se tiver cidadãos tolos.

O presidente dos EUA Franklin Delano Roosevelt no final do seu 4º mandato em 1945 foi questionado no Senado da seguinte forma: - senhor presidente que tipo de governo nos deixa?

A resposta foi pronta e assertiva, "deixo-vos uma democracia! O país não está mais nas mãos de alguns privilegiados, mas sim nas massas de cidadãos. "

Termino dizendo: "Aqui estarei sempre, ao vosso lado, como um servidor dos Gaienses. Obrigado por me escutarem e muitas felicidades em meu nome, e do Movimento Independente Cidadãos por Mafamude. Um Ano Novo próspero. Boas Festas."

Muito obrigado

O Eleito

Vitor Manuel Andrade da Silva Marques



Requerimento

O Bloco de Esquerda solicita ao executivo da Junta de Freguesia, por intermédio do presidente da mesa da Assembleia de Freguesia que futuramente qualquer tipo de convocatória ou outra seja efetuada por escrito cumprindo com o que é estabelecido na lei.

Pelo Bloco de Esquerda

Juana Gomes

Moção**" Caso Banif - Não podem ser sempre os contribuintes a pagar a Intervenção Estatal na Banca Privada"****"Pelo Controle Público da Banca"**

Nos últimos anos o povo português sofreu via austeridade imposta pela União Europeia e colocada em prática pelos sucessivos governos.

Estas imposições tiveram como único propósito a transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

As crises financeiras e do sistema bancário vieram ainda ditar mais austeridade no fator trabalho, na educação e na saúde, isto é, ao longo dos últimos anos tem sido injetado dinheiro para salvar a Banca Privada, operação que coloca os contribuintes a pagar mais e a poder ter menos.

Veja-se por exemplo os aumentos que estão previstos nas reformas até 628€ que terão um aumento para 2016 que deverá rondar cerca de 1,88€/mês, ou seja, cerca de seis cêntimos por dia.

A Banca Privada, no mais recente caso, na venda do Banif (Banco Internacional do Funchal, S.A.) ao Banco Santander Totta tem lugar no âmbito de uma medida de resolução e envolve *"um apoio público estimado de 2,25 mil milhões que visam cobrir contingências futuras"*.

Porque é necessário, acautelar, prevenir e proteger os contribuintes é fundamental o controlo público da banca. Os contribuintes não podem continuar a ser o "cheque euromilionário" da banca privada.



Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de DezembroVila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015



Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso

Assim, a Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de Dezembro de 2015, delibera defender:

- 1 - Recomendar a instauração de sistemas de averiguação dos responsáveis;
- 2 - Adverte para a responsabilização financeira e criminal dos responsáveis;
- 3 - Controlo público e transparente da banca;

Esta Moção a ser aprovada deverá ser enviada:

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Presidente da República

Primeiro-ministro

Partidos Políticos com representação parlamenta

Comunicação social

Pelo Bloco de Esquerda

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

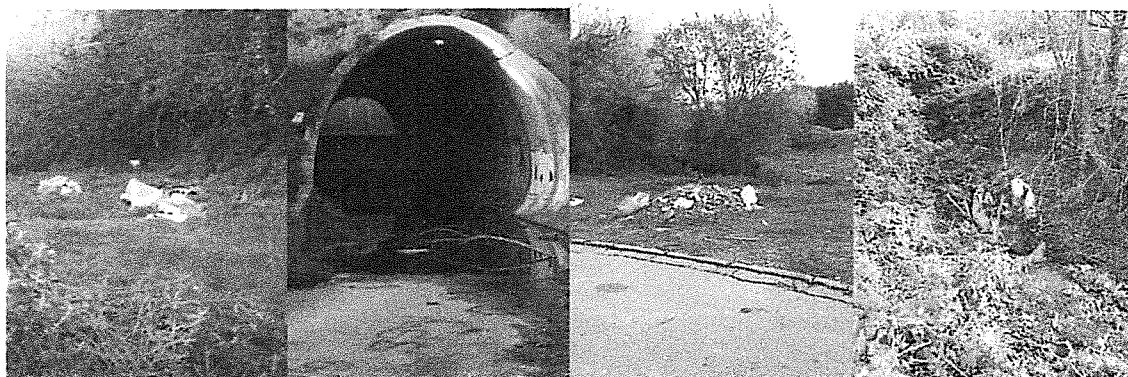
Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Proposta Recomendação**"Avenida Descobrimentos - Entrada para Ribeira"**

Na Avenida dos Descobrimentos na entrada imediatamente a seguir à "CarPlus", encontra-se uma rua sem saída.

Esse espaço e/ou essa rua caracteriza-se por ser um descampado onde há uma acumulação de lixo.

Existe uma ribeira que está abandonada, com lixo e praticamente tapada pela vegetação.



Perante o exposto, o Bloco de Esquerda propõe à Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso que recomende ao seu executivo que diligencie no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a averiguar a possibilidade de proceder à limpeza do espaço, bem como á limpeza da ribeira.

Pelo Bloco de Esquerda



Proposta Recomendação

"Rua de Casais - Vilar Paraíso"

A Rua de Casais fica situada em Vilar do Paraíso e caracteriza-se por ser uma rua essencialmente habitacional.

A localização da rua dos Casais fica nas traseiras da zona Industrial de Vilar do Paraíso.

Os moradores da rua de Casais, atualmente deparam-se com a acentuar do tráfego de camionagem diurno e noturno perturbando o descanso, bem como a deterioração das vias de acesso e das habitações que é provocado pela trepidação e do aumento da circulação.

A Zona Industrial, fica mesmo ao lado e a rua que lhe dá acesso é a Rua do Cadavão, no entanto, estes moradores deixaram de ter a possibilidade de descansar.



Perante o exposto, o Bloco de Esquerda propõe à Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso que recomende ao seu executivo que diligencie no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a determinação de um horário para circulação de veículos pesados, bem como o arranjo da via e manutenção da ponte da Rua de Casais em Vilar Paraíso.

Pelo Bloco de Esquerda



Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015



Proposta Recomendação

"Reparação do Muro da Rua da Rasa"

Na Rua da Rasa encontra-se um muro que abateu tendo vindo obstruir a passagem dos peões, pois está em cima do passeio.

A queda do muro não foi recente, no entanto continua sem ter qualquer resolução e conduzir à sua reparação.

Enquanto não for realizada a obra de reconstrução do muro, incorre sempre o risco de poder vir a degradar-se mais e, colocar em risco os utilizadores da via pública.



Perante o exposto, o Bloco de Esquerda propõe à Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso que recomende ao seu executivo que diligencie no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a reconstrução do muro na Rua da Rasa.

Pelo Bloco de Esquerda

Luís Gomes

Pedido Informação

1 - No passado mês de Agosto, um incêndio deflagrou numa habitação na freguesia de Mafamude tendo ficado inabitável. A família residente encontrava-se no interior da habitação.

Num caso desta natureza há a intervenção dos bombeiros/sapadores/proteção civil, para evitar e/ou minimizar os danos que decorrem de um incidente.

O Bloco de Esquerda recebeu o relatório de registo de ocorrência, no entanto, persistem as dúvidas, que gostaríamos de ver elucidadas.

A ocorrência deu-se a 20 de Agosto, tendo existido um primeiro contacto no dia 21 de Agosto no Centro Comunitário e a seguir existe um hiato temporal de cerca de 20 dias(16/9/2015) para dar seguimento ao processo.

1.1 - Sendo o Centro Comunitário parceiro da Junta de Freguesia, não deveria ter sido dada uma solução mais pronta?

1.2 - Não tendo a Freguesia meios Humanos para dar apoio a situações desta natureza, quais são os **procedimentos** implementados para acudir e encaminhar casos de natureza de acidente e/ou incidentes?

2 - O Bloco de Esquerda retoma o assunto já abordado em duas Assembleia de Freguesia - *"Publicação dos protocolos celebrados com instituições e coletividades no site da Junta de Freguesia, de forma a promover uma política transparente e clara de atribuição de subsídios e apoios:"* - encontra-se no ponto 4 da página 10 do *"Relatório de Atividades e Conta gerência de 2014"*



Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015





2.1 - Na Assembleia de Freguesia de 25 de Maio de 2015 questionamos se já haviam sido publicados os protocolos. A resposta, foi que já havia sido publicados. Após verificação da página desta Junta, verificamos que já haviam sido publicados alguns protocolos, mas só encontramos alguns dos protocolos relativos a 2015. Os protocolos relativos a 2014 não são para publicar?

2.2 - Relativamente aos protocolos que foram publicados, referindo-nos ao "I Teatrando", foram pedidos esclarecimentos relativamente aos valores aplicados do protocolo - 500€ ACRAV e 650€ Grupo Dramático Vilar Paraíso - não vai haver a retificação do protocolo do Grupo Dramático de Vilar Paraíso?

Pelo Bloco de Esquerda

Luedes Gomes



Informações

- No Cruzamento da Rua do Agueiro com a Rua Dr. António Luís Gomes, não existe nenhuma placa a identificar a referida rua (Rua Dr. António Luís Gomes); - Seria conveniente diligenciar no sentido da verificação do mesmo.
- No cruzamento da Alameda D. Pedro V com a rua do Agueiro o sentido proibido não é totalmente visível, levando a que hajam automobilistas que vão pela referida rua.
- A Junta de Mafamude e Vilar Paraíso tem a página na internet e há campos que continuam em atualização, para quando a colocação das instituições de cultura, desporto e sociais na referida página?
- A página da Junta em nosso entender poderia e deveria ser melhorada, com a maior brevidade, tendo em conta: devido á centralidade da freguesia; tornar a junta um cartão de visitas para quem acorre a terras de Gaia.
- No campo da Assembleia de Freguesia - há duas coisas que gostaríamos de ver retificadas: publicação do regimento da freguesia; publicação mais frequente das atas (em 29 de Dezembro de 2015 - ultima ata publicada 30-6-2014)

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

13



Protocolos - verificar a sua redação:

- a) As competências da Junta de Freguesia previstas nas alíneas o), t), u), e v) do número 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente o apoio a entidades com vista à realização de obras e eventos de interesse para a freguesia e a actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;

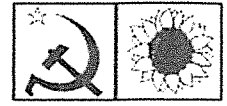
Supomos que deva ler-se número 1 do artigo 16, pois no artigo 9 de lei 75/2013 de 12 setembro não existem as referidas alíneas.

Salienta-se que da lista dos oito protocolos que estão publicados, dois não são possíveis de visualizar devido a qualquer falha técnica de hiperligação.

Pelo Bloco de Esquerda

Jurde Gomes

fz



Moção

Solidariedade com os Trabalhadores da Sociedade de Construções Soares da Costa

No passado dia 16 de Dezembro de 2015, os Trabalhadores da Soares da Costa foram surpreendidos com o anúncio da Administração de um despedimento colectivo de 500 Trabalhadores, argumentando a Administração motivos de ordem interna e externa.

A concretizar-se este despedimento, certamente que terá reflexos negativos na vida dos trabalhadores e dos seus familiares, e com consequências na economia do nosso Concelho, já bem fustigado pelos sucessivos encerramentos de grandes empresas e pela elevada taxa de desemprego existente.

A ausência de políticas de investimento do anterior Governo no sector das obras públicas, contribuiu para o declínio do sector da Construção Civil, suspendeu a resposta ao desenvolvimento das nossas cidades e do nosso país e, por consequência, contribuiu para a emigração, para o desemprego e para a precariedade da mão-de-obra deste importante sector da economia.

Não podemos desvincular das opções políticas tomadas nos últimos anos, a situação com que os trabalhadores da Soares da Costa estão hoje confrontados. Tanto pela ameaça do despedimento colectivo como pela situação ainda mais precária devido às dificuldades na criação de postos de trabalho nesta área.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, reunida no dia 30 de Dezembro de 2016, delibera:



- a) Manifestar a sua solidariedade com a luta que os Trabalhadores venham a desenvolver em defesa dos seus postos de trabalho;
- b) Mandatar o Executivo para intervir junto da Autarquia e do Governo, no sentido de encontrar medidas que conduzam à suspensão e anulação do processo de despedimento colectivo.

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Pe' A CDU,

(Elsa Silva)

Se aprovada, esta Moção deve ser enviada a:

- *Forças políticas com assento na Assembleia Municipal*
- *Assembleia da República*
- *Estruturas Representativas dos Trabalhadores*
- *Comunicação Social*

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A Expansão do Metro da Linha Amarela, é um projeto fundamental para o crescimento e desenvolvimento de Vila Nova de Gaia.

Sendo um dado já adquirido que a Expansão do Metro, consiste num projeto de grande necessidade e já desenvolvido por diversas entidades. Trata-se de um projeto fundamental para uma maior afirmação e valorização de Vila Nova de Gaia.

A Expansão do Metro da Linha Amarela – irá beneficiar em cerca de 17.000 mil pessoas habitantes na Urbanização de Vila D`Este.

As propostas já elaboradas devem merecer um estudo atento e contemplar os habitantes do Cedro, a criação das estações de Laborim, Palmeira, Hospital e Vila D`Este.

Considerando que:

1 – A extensão da Rede do Metro, é fundamental para colmatar a ineficiência da rede de transportes em algumas zonas urbanas; (Mafamude, Vilar do Paraíso, Canelas, Vilar de Andorinho – Vila D`Este);

2 – O Centro Hospitalar Gaia/Espinho, só por si reclama de todos uma atitude séria e responsável na concretização do prolongamento do Metro. (Atendimento de 700 mil pessoas);

3 – O prolongamento do Metro, é uma oportunidade no sentido de ser um catalisador para a redução na emissão do CO₂;

4 – Tendo em conta o forte compromisso do atual presidente do Município em conseguir “trazer para o Norte - Gaia opções e investimentos viáveis”, integrando o prolongamento da Linha do Metro no Portugal 2020;

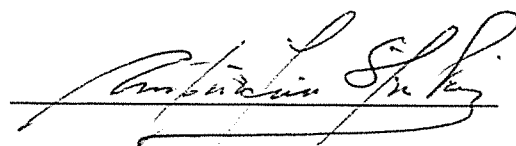
- 5 – Tendo em conta o compromisso do atual Presidente do Município, que a obra ocorrerá ainda durante o atual mandato, sendo certo que a extensão do Metro até Vila D`Este demorará cerca de dois anos;
- 6 – Sendo já uma nova realidade a Requalificação e Alargamento do Hospital Gaia/Espinho;
- 7 – Sendo certo que a extensão da rede do Metro, tem a resposta que todos pugnamos, no sentido de servir esta populosa zona, mas também o Centro Hospitalar.

Face ao exposto, os **Membros da Coligação Gaia na Frente, na Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso**, propõem à Assembleia de Freguesia, que aprove o conteúdo da Proposta de Recomendação, tendo em conta a necessidade urgente de pugnar por um “Plano de Emergência - Rede de Transportes” nas zonas urbanas referidas.

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Pelos Membros da Coligação Gaia na Frente da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso.

António José da Silva Pereira



Nota: Ao ser aprovada a Proposta de Recomendação deve ser enviada às seguintes entidades:

Exmo. Senhor Primeiro Ministro Dr. António Costa

Exmo. Senhor Ministro das Obras e Planeamento

Exmos. Senhores Líderes da Assembleia da República

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Exmo. Senhor Presidente do Município de Vila Nova de Gaia

Exmos. Senhores Líderes da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Comunicação Social

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

É hoje incontestável a importância do terceiro sector na prossecução das políticas sociais, nomeadamente no que se refere à criação das redes de equipamentos e serviços indispensáveis a uma cobertura do território.

Com efeito, o terceiro sector tem vindo a contribuir de forma determinante para a materialização das respostas sociais consagradas na legislação em vigor, quer no sector da saúde quer no da segurança e solidariedade social.

As actividades de apoio social desenvolvidas pelas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) têm sido um " pilar " importante na resposta às dificuldades sociais dos últimos tempos.

As IPSS atuam na área social, em substituição ou complementaridade do Estado, portanto de forma não meramente supletiva, prestando os serviços sociais essenciais à população, que o Estado, pelas mais diversas razões, não tem capacidade de prestar.

Estas instituições, como é consabido, são desprovidas de fins lucrativos, servindo única e exclusivamente as necessidades da comunidade.

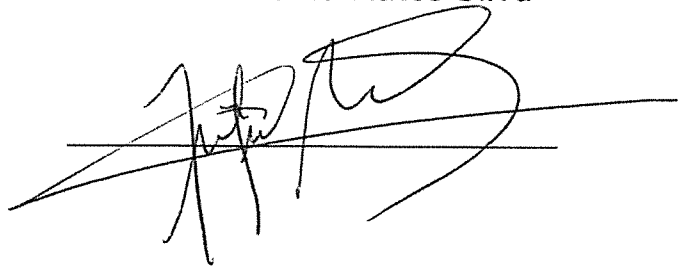
Neste sentido, e dada a importância dos serviços prestado pelas IPSS, e por um conjunto de Associações de índole Cultural, Desportiva e Outras, as mesmas devem, pois, ser dispensadas do pagamento de qualquer taxa associada à **certificação e emissão** de documentos pela Autarquia Local.

Face ao exposto, os **Membros da Coligação Gaia na Frente, na Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso**, propõem à Assembleia de Freguesia, a isenção do pagamento de qualquer taxa associada à **certificação e emissão** de documentos pela Autarquia Local.

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Pelos Membros da Coligação Gaia na Frente da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso.

José António Matos Silva

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'José António Matos Silva', written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat abstract.

- Doc 18 -

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respetivos Secretários

Exmo. Sr. Presidente do Executivo e Restantes Membros

Colegas Deputados, Caras (os) fregueses e restante público

CONGRATULAÇÃO

Urge reconhecer e congratularmo-nos com a reposição do respeito básico pelos direitos humanos de mais de metade da população portuguesa – as mulheres – com a anulação da Lei nº 134/2015 e da Lei nº 136/2015, ambas de 7 de Setembro, anulação essa, aprovada pela maioria parlamentar do PS, bem como todos os restantes partidos da esquerda.

Na verdade, este reconhecimento da autonomia das mulheres, no que toca à sua vida reprodutiva e sexual, já existia desde 2007, altura em que por iniciativa do PS, e na sequência de consulta popular junto das portuguesas e portugueses, foi aprovada a Lei nº 16/2007 de 17 de Abril.

Não podendo voltar a negar de forma assumida e frontal o direito à interrupção voluntária da gravidez, a anterior legislatura, PSP-PP, encontrou, contudo de forma encapotada, e, de alguma maneira soez, de condicionar e punir as mulheres por se atreverem a tentar exercer os seus direitos condignamente.



Na recta final da sua legislatura, o PSD-PP, quiseram deixar uma herança de machismo e misoginia, e, tornar direitos humanos fundamentais, reféns do partidarismo.

Já basta a herança cultural que despromove, minoriza e objectifica as mulheres, já bastam as organizações que pretendem colocar as suas ideologias arcaicas acima da lei e do laicismo.

Pergunta-se como é possível, legisladores ricos, homens, dizerem a mulheres pobres, grande parte das vezes ainda muito jovens, desprotegidas, sem condições de criarem os filhos sozinhas, para enfrentarem situações para as quais não estão emocionalmente preparadas e para abdicarem duma carreira. Esses senhores querem controlar a independência e a sexualidade das mulheres.

As mulheres têm direito a dispor do seu próprio corpo, é um direito natural. A decisão de fazer a interrupção voluntária da gravidez, deve pertencer à mulher que avalia por si e pelo futuro ser, no sentido de saber se tem condições dignas para ter filhos.

Os números de crianças que vivem em pobreza são elevadíssimos, só em Portugal são mais de 600 mil.

As mulheres não aceitam mais serem consideradas inferiores aos homens nem posse deles.

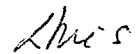
A política patriarcal, bem como os seus seguidores, que implica o desprezo pelas mulheres, não é, não pode ser compatível com a democracia.

Os defensores do direito à vida usam argumentos duvidosos como se fossem certas, ignorando que morrem milhares e milhares de crianças à fome com menos de cinco anos de idade. As crianças são vítimas de negligência, de maus-tratos, de pedofilia, de escravatura, ficando mais vulneráveis quando as mulheres não estão preparadas emocional e economicamente para serem mães.

Hitler, Estaline e Mussolini criminalizaram o aborto que antes era legal, bem como outros ditadores, contudo eram pessoas sem respeito pela vida humana, tinham apenas como finalidade punir e humilhar as mulheres castigando-as pelas práticas sexuais.

Deste modo, congratulamo-nos com a reposição da Lei nº 16/2007 de 17 de Abril.

(P'la bancada do P.S. Mafamude/Vilar do Paraíso)



Luciana Reis

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respetivos Secretários
Exmo. Sr. Presidente e Restantes Membros do Executivo
Caros Colegas, Caras (os) fregueses e restante público

Em consequência do resultado eleitoral das últimas Eleições Legislativas, os membros do Partido Socialista nesta Assembleia felicitam o Secretário Geral do Partido Socialista, Dr. António Costa, atual Primeiro-Ministro de Portugal por convictamente acreditar na Democracia e na Constituição da República Portuguesa.

Em democracia, a vontade expressa nas urnas é soberana.

Em democracia, os deputados são os mandatários dos eleitores.

Em democracia, as maiorias governam.

Em democracia, tem legitimidade para governar quem respeita e cumpre os preceitos da Constituição da República.

O Governo em exercício tem toda a legitimidade para governar porque tem suporte maioritário no Parlamento.

António Costa e o Partido Socialista demonstraram que em democracia existem sempre alternativas e que a Constituição da República é a defende e garante o regular funcionamento das Instituições.

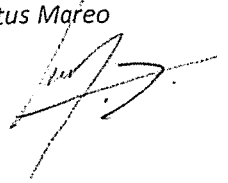
Aproveito para desejar a todos um excelente ano 2016

Viva Portugal, Viva a Democracia, Viva a Constituição

(P'la bancada do P.S. Mafamude/Vilar do Paraíso)

30.Dezembro.2015

↳



Assembleia de freguesia mafamude e vilar do paraíso

Local: Auditório da Assembleia de Freguesia de Mafamude

Data: 30 de Dezembro de 2015

Assunto: Intervenção Política, no período da ordem do dia.

Senhor Presidente, Caros Membros da Assembleia; estamos a discutir um plano e um orçamento, que pela sua importância exige da nossa parte uma atenção e uma análise exaustiva e séria.

No ponto 4.1 da ordem de trabalhos, na classificação orçamental (receitas) no ponto 06.05.01.01.01 por delegação de competências correntes, uma transferência da câmara de 270.000,00 euros. Mas não encontramos a transferência de 300.000,00 euros, já assinalada no orçamento desta junta de 2014 e assumido por sua vez no orçamento municipal de 2014.*

**delegações de competências, que os membros desta assembleia desconhecem por completo, Não houve o dar conhecimento delas por parte do executivo desta junta.*

Mas afinal alguma coisa sempre escapou ao nosso conhecimento, devido aos dados que possuímos, onde se afirma que o alargamento do cemitério de Vilar do Paraíso foi uma iniciativa da câmara de Gaia, em finais de 2013 até á data de hoje e não da junta de freguesia, de acordo com o " Relatório de Desempenho 2013/2015 da Câmara Municipal, na nossa posse, e nesse caso, aqui é que está o busílis da questão, porque para nós, o normal é a câmara pagar iniciativas das juntas, e não serem as juntas a pagarem as iniciativas da câmara, como está a acontecer com a nossa junta de freguesia. Pergunto: o normal é a câmara pagar iniciativas das juntas ou o seu contrário, como está a acontecer neste caso?

Questões a colocar ao Executivo e a cujas esperamos respostas concretas.

1ª - Na rubrica despesas, da classificação orçamental (despesas), 01.01.01 vencimentos dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos, 28.000,00 euros pretendemos, que seja objecto de discriminação individualizada e nominal dos valores.

2ª - Na rubrica 01.01.11, despesas de representação, 5.000,00 euros, quais são e para quem?

1/2 ➔

3ª - Na rubrica 02.02.14, despesas estudos, pareceres, projectos e consultadoria, 45.000,00 euros / 3.750,00 euros mês, parece-nos muito excessivo. Porquê? Houve comparador público?

4ª - Na rubrica 02.02.17, despesas com publicidade, 3.000,00 euros / 250,00 euros mês, de quê e para quê? Houve comparador público?

5ª - Na rubrica 02.02.19, despesa com assistência técnica, 17.000,00 euros / 1.417,00 euros mês, de quê, para quê? Houve comparador público?

6ª - Na rubrica 06.02.03.05.99.05, despesas com comunicação, imagem e outras, 25.100,00 euros / 2.091,70 euros mês, parece-nos excessivo, de quê para quê? Houve comparador público?

7ª - Na rubrica 07, despesas de capital, ponto 07.01.04.11 cemitérios, não encontramos o valor a apagar mensalmente, acordado entre o executivo desta junta e o empreiteiro, que fez o alargamento do cemitério de vilar do paraíso. Assim como também não encontramos no PPI para o ano 2016. Porquê?

Em relação ao ponto 4.2 falta-nos tabelas, mesmo que não existam alterações nas mesmas, e dizemos isso porque pretendemos que na tabela geral de taxas e licenças, no que refere aos canídeos, gatídeos e animais de companhia, passe a existir uma taxa de valor mais elevado para os proprietários e criadores de animais considerados de "raças perigosas" como sejam o pitbull, o dogue, o rotweiller, o dobermann e outras.

Não concordamos com os valores excessivos, existentes na tabela de taxas e licenças dos cemitérios, de um aumento para 2016 na ordem de 50%, em relação aos valores praticados este ano de 2015.

Muito obrigado

O Eleito

Vitor Manuel Andrade da Silva Marques



Opções do Plano e Orçamento para 2016

Após uma análise cuidada do documento, o Bloco de Esquerda no que diz respeito às Opções do Plano e Orçamento para 2016, entende realçar o seguinte:

- Pretendemos saber qual o valor aplicado pela Junta na parceria com a Câmara no que diz respeito ao novo nó de Santo Ovídio?
- Requalificação da feira de Vilar Paraíso - de quanto vai ser a comparticipação da Junta?
- Requalificação do espaço envolvente Cemitério de Vilar - de quanto será a comparticipação da Junta?
- Relativamente ao Largo Estevão Torres, é um espaço de lazer e diversão; Consideramos que poderia ser estudado um outro local na freguesia para proceder à iniciativa da feira de hortícolas. A título de exemplo - Jardim Soares dos Reis, mais especificamente a zona de passagem de peões que em tempos era via pública (transito).
- A abertura de um espaço mini-loja cidadão - nesta situação quais são os custos implícitos (mais funcionários?)? a junta está preparada para poder absorver mais custos?
- Relativamente à espanação do centro de convívio, também gostaríamos de ver explicitado de quanto a junta estima investir e em que moldes será feito a alargamento, nomeadamente: recursos humanos, espaços, bem como custos para os utentes do serviço.

Orçamento Participativo:

Ainda não conseguimos perceber se o que foi implementado foi o de 2014 ou o de 2015. Em 2014 orçamentado 7500€ e passou para 5000€. Como

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015





até agora só foi implementado um Orçamento participativo, que ainda não sabemos se foi de facto executado, ou seja, está em falta a concretização de um outro que supostamente deveria de ter visto a luz no passado mês de Setembro.

Para 2016 só temos os mesmos 5000€?

Ação social e Cívica (33 200€ = 16 000€ passeio idosos + 2 400 Festa Natal idosos + 10 000€ cabazes Natal + 1 400€ Mãos Solidárias + 1 000 emergência social + 1 400 Gabinete Ação social + 1 000 protocolo apoio financeiro):

- A verba destinada á Ação Social e cívica é mínima em função das possíveis necessidades, não assegurando as respostas necessárias ás famílias no combate da crise social e ao desemprego, sendo esta a freguesia com maior numero de desemprego do concelho.

- "Projeto Mãos Solidarias" - Quantos arranjos foram efetuados em 2015?

- Como é que um Gabinete de Ação Social para um universo de cerca de 54 000 habitantes pode funcionar com 1400€/ano?

+ 100 outras atividades sociais - estão contabilizados nos 33 200€?

GIP (gabinete de inserção profissional) - (1400€/ano)

- Face a realidade que vivemos, consideramos que a verba atribuída ao GIP é desprovida para as funções a desempenhar, sendo redutor apenas a dinamização de cursos.

- Consideramos que pugnar pela mobilidade, nomeadamente a construção de um parque de estacionamento gratuito é um fator decisivo e motivador

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respetivos Secretários

Exmo. Sr. Presidente e Restantes Membros do Executivo

Caros Colegas, Caras (os) fregueses e restante público

As Opções do Plano e Orçamento para 2016 apresentado pelo executivo da Junta de Freguesia é, para o Partido Socialista, o reflexo da dinâmica imposta por este executivo na concretização do seu programa, tendo em conta as diversas condicionantes que marcam este mandato:

- O elevado passivo transitado da anterior gestão (em dois anos foram despendidos no abatimento do passivo cerca de 150.000,00 €), a diminuição de receitas por via redução das transferências da Câmara Municipal devido à grave situação financeira herdada e por último, a preocupante realidade social resultante da crise que o país atravessa.

De facto, pelo desempenho deste Executivo e pela excelente execução orçamental do corrente ano, mas também devido ao facto de ter reduzido o passivo da autarquia (para cerca de metade em dois anos), estamos certos tratar-se de um orçamento equilibrado e rigoroso para o ano de 2016 (e assim sendo, continuaremos a disponibilizar o nosso apoio para fazer cada vez mais e melhor com os recursos disponíveis).

É também notório a preocupação no aumento das receitas próprias da junta ao mesmo tempo que se reduz custos correntes na autarquia.

Se confrontarmos todo o trabalho levado a cabo pela Junta de Freguesia nestes dois anos de mandato e as Grandes Opções do Plano



Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar Paraíso

para a utilização dos transportes públicos, bem como o alargamento do transporte publico a locais da freguesia que estão condicionados.

Queremos ainda deixar mais algumas notas sugestivas a saber:

- na elaboração do mapa de pessoal há um erro de soma, deverão ser 25 pessoas e não 24.

- o pagamento do alargamento do cemitério de Vilar, em 2016, não irá ser efetuado o referido acordo, prolongando o prazo já para 2018 (outro mandato)?

- O valor para estudos e pareceres (45 000€) como é que pode ter um valor superior ao que está adstrito para a ação Social e Cívica?

- Como é que o valor das atividades culturais é de 81 950€, ou seja, é mais do dobro do que é estabelecido para Ação Social e Cívica?

- Gostaríamos ainda de ver abordada a questão da proposta de autorização que é solicitada à Assembleia de Freguesia - penúltima página do Plano e Orçamento.

O Bloco de Esquerda considera que o este Plano e Orçamento deveria ser mais ponderado nos Planos e Opções de Investimento.

Pelo Bloco de Esquerda

Luiz de Gomes

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015



**Declaração de Voto**

(Opções do Plano e Orçamento)

O Bloco de Esquerda reconhece que há um esforço do executivo essencialmente na área desportiva e na área cultural principalmente nos arraiais populares, não deixa de ser positivo.

Todavia, há diversos pontos negativos que envolve este Orçamento, a saber:

- é apresentado um documento de cariz generalista, elencando por pontos as iniciativas sem mencionar a pertinência, o como e quanto irá dever custar as iniciativas (ex. Educação e Escolas - orçamentado em 15200€ elencados 10 iniciativas e mais de metade do valor orçamentado 9000€ são destinados a protocolos);
- esgotamento do papel da Assembleia de Freguesia - fiscalizador - ao longo de 2015 não tivemos acesso a protocolos, não há e não houve a possibilidade desta assembleia poder exercer o seu dever de apreciação e fiscalização, a não ser, uma reunião ao abrigo do estatuto de direito de oposição;
- Orçamento participativo tem um valor insignificante para aquilo que se pretende com o objetivo que é o envolvimento e participação de todos, comunidades educativas, coletividades, qualquer freguês que possa submeter uma proposta e/ou uma ideia, ser votada e concretizada.
- pela diminuição dos valores relativos à ação social e cívica que passa de 58 600€ em 2015 para 33 200€ em 2016.

Pelo acima exposto, o Bloco de Esquerda vota contra esta proposta de Opções de Plano e Orçamento.

Pelo Bloco de Esquerda

Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de Dezembro

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 2015

hoje aqui apresentadas e tendo em conta que, apesar dos orçamentos terem sido francamente reduzidos face aos anteriores de outros titulares, deixa antever a elevada determinação deste Executivo em continuar a levar a cabo o reequilíbrio financeiro da Junta de Freguesia sem perder o seu ímpeto reformista e a grande vontade de concretizar projectos destinados às pessoas e ao do desenvolvimento desta união de freguesias.

(P'la bancada do P.S. Mafamude/Vilar do Paraíso)

30.Dezembro.2015

